



AQUISIÇÃO DE UMA LÍNGUA E DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DE SURDOS INCLUÍDOS EM SALAS REGULARES

Rafaela Cristina Ferreira dos SANTOS

Renata Cristina Ferreira dos SANTOS

Orientadora: Profa. Ms. Heloísa Helena Vallim de Melo

Resumo: Educar é moldar, modelar, é gravar, inscrever no sentido de se conscientizar diante do outro, com os gestos e valores, aquilo que caracteriza nossa cultura e nossa sociedade, nossa forma de pensar e agir. Educar é ultrapassar limites e, no caso dos alunos surdos, exige um conhecimento que vai além do conteúdo ensinado, há necessidade de um atendimento mais aprofundado, para que o ensino a eles oferecido possa, realmente, atender a todas, ou quase todas as necessidades e expectativas. Não há mais como aceitar práticas que desconsiderem o presente e que não se lancem como fortes raízes de suporte para o futuro. Isso implica numa educação que não esteja somente voltada para dar aos alunos com necessidades especiais os conhecimentos necessários para conseguir um bom emprego, mas que lhe ofereça um conhecimento que venha auxiliá-lo em sua trajetória de crescimento humano. Este estudo busca a reflexão sobre as questões que permeiam a educação de surdos com o propósito de promover a melhoria na educação desses indivíduos. Tal educação deve oportunizar condições para que a criança surda venha ter um desenvolvimento cognitivo e sócio interacional equivalente ao da criança ouvinte, mantendo relação comunicacional e tendo contato com as duas línguas: língua de sinais e a língua oral da comunidade ouvinte. Este trabalho se propõe identificar e analisar a forma pela qual a educação de surdos e as propostas curriculares vêm atendendo as expectativas desses alunos, levando a refletir sobre este processo educacional, enfatizando a importância da língua de sinais como base para a educação dos mesmos nas salas de aula e na sociedade, assim como destacar a educação bilíngue. Para tal investigação, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em livros, sites e artigos científicos sobre o histórico educacional de surdos, com autores que avaliam de forma abrangente o processo de conhecimento, comunicação e interação social.

Palavras chave: Educação. Surdos. Inclusão. Comunicação. Interação Social.

Abstract: Gestures and values , what characterizes our culture and our society , our way of thinking and acting . To educate is to push boundaries and in the case of deaf students , requires a knowledge that goes beyond the content taught , there is need for further attention to the education offered to them can really meet all , or almost all needs and expectations . There is no way to accept practices that disregard this and did not launch as strong roots support for the future . This implies an education that is not only geared to give students with disabilities the skills needed to get a good job , but that will

provide knowledge that will assist you in your path of human growth . This study seeks to elaborate on the issues that permeate the education of the deaf in order to promote improvement in the education of these individuals . Such education should oportunizar conditions so that the deaf child will have a cognitive development and social interaction equivalent to the hearing child , keeping communication relationship and having contact with two languages : sign language and the spoken language of the hearing community . This study aims to identify and analyze the way in which the education of deaf and curriculum proposals are meeting the expectations of students , leading to ponder this educational process , emphasizing the importance of sign language as a basis for education in the same rooms classroom and in society , as well as highlighting the bilingual education . For this research , a literature search of books, websites and scientific articles on the history of deaf education , with authors comprehensively evaluate the process of knowledge, communication and social interaction was performed .

Keywords: Education . Deaf . Inclusion. Communication. Social Interaction.

Introdução

Estagiar, em escolas com a presença de crianças surdas, fez-nos questionar sobre nossa prática docente, aguçando nosso interesse pelas questões relacionadas à educação dessas crianças, assim como nos fez notar a relevância do levantamento de dados para um estudo reflexivo sobre o modo como o ensino atual tem lidado com alunos surdos. Outra questão fundamental com que nos deparamos foi a relevância em trazer uma comunicação acessível a esses alunos. Dessa forma, nosso interesse surgiu ao constatarmos a necessidade de aprofundar conhecimentos e construir novos saberes sobre a inclusão, na rede regular de ensino, além de averiguar o trabalho dentro da sala de aula, e como o corpo docente tem se colocado diante desses alunos para um desenvolvimento qualitativo em uma escola pública regular. O assunto em questão ainda nos despertou interesse, por dedicação a esses alunos e para com seu aprendizado. Nosso trabalho objetiva à busca de práticas construtivas na educação de surdos, colaborando, de alguma forma, para a aprendizagem desses alunos, além de possibilitar, ao nosso leitor, uma reflexão sobre essa realidade.

Para a realização deste trabalho, utilizamos como metodologia pesquisas

[Digite texto]



AQUISIÇÃO DE UMA LÍNGUA E DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DE SURDOS INCLUÍDOS EM SALAS REGULARES

bibliográficas sobre o histórico educacional de surdos e de como tem sido sua aprendizagem, enfatizando a melhor forma para lhes promover a linguagem, a comunicação e a interação social. Dessa maneira, pretende-se levar o leitor a compreender que os surdos pertencem a um grupo que possui diferenças culturais, contudo, são pessoas que podem alcançar tudo o que desejam, apesar das suas diferenças culturais e especificidades linguísticas.

Este trabalho constitui-se de quatro capítulos.

No primeiro capítulo, discutimos sobre o modo como o surdo tem sido visto pela sociedade e a surdez encarada como uma “doença”. Tentamos mostrar que a surdez não se trata de uma *deficiência*, mas de uma *diferença linguística e cultural*. Apresentamos a relevância da valorização das igualdades e das diferenças na vida do ser humano e, portanto, na vida das pessoas com surdez.

enfocando como a linguagem tem sido viabilizada a esses alunos, a partir disso, explicamos cada uma das filosofias educacionais que são: *Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo*.

No terceiro capítulo, abordamos a *Educação de surdos*, em que enfocamos a *formação pessoal e social*, e o conhecimento de mundo, o que nos levou a refletir e escrever sobre as *adaptações curriculares*.

No quarto e último capítulo, abordamos o tema de *inclusão*, com o propósito de demonstrar como ela está funcionando na rede escolar, logo após demonstrar a inclusão proporcionamos o método de ensino Atendimento Educacional Especializado (A.E.E), sendo esta a melhor opção de atendimento aos alunos surdos. Para refletir sobre o tema embasamo-nos em autores conceituados como Slomski (2012), Skliar (1999), Guarinello (2007) e Santana (2007), alguns dos teóricos que trazem a construção do conhecimento, da comunicação e do saber, para os alunos surdos e que nos possibilitou a compreensão sobre a inclusão na escola e a forma como ela vem ocorrendo.

O objetivo deste trabalho é, enfim, refletir sobre uma educação para todos,

não importando as diferenças. A educação da criança surda é um direito, faz parte da sua condição como ser humano e o dever de educar devem ser de forma real e não superficial.

1 Deficiência/diferença cultural

“Temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS 2008, p. 316).

As diferenças individuais contribuem para formação de uma sociedade de múltiplas possibilidades. A diversidade humana se faz presente porque vemos, ouvimos e sentimos o mundo de maneira singular. Nas relações sociais, as diferenças se fazem presentes e é isso que colabora para uma sociedade humanizada. Para formação de uma sociedade mais humanitária, pressupomos o fim do preconceito o qual define que diferença pode ser sinônima de incapacidade, tirando o direito de igualdade do outro nas conquistas e derrotas.

A história de vida de cada um de nós é construída com base na história da humanidade. Vivenciamos situações e problemas diversos e complexos, cada um com relações diferentes, e, por meio da linguagem, o que vivenciamos e experimentamos contribui para nossa aprendizagem. A pessoa surda tem uma maneira específica de ver, perceber, estabelecer relações e valores que devem ser olhados e percebidos pelos educadores e levados em conta no seu processo educacional, pois, desse modo, a aprendizagem poderá ocorrer de forma significativa e proveitosa, partindo de suas experiências e da sua capacidade de “ler o mundo”.

A educação de surdos incluídos em salas regulares de ensino deve estar em consonância com as atividades dos outros alunos, independentemente de sua deficiência. Se o aluno é incluído dentro de uma sala de aula com ouvintes o propósito deve ser de que, realmente, venha receber uma educação inclusiva e não uma educação que venha excluí-lo do processo ensino/aprendizagem.

A surdez não pode ser vista como uma “doença”, “deficiência” ou uma “incapacidade”. A partir do momento em que deixamos de considerá-la como tal,

[Digite texto]



AQUISIÇÃO DE UMA LÍNGUA E DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DE SURDOS INCLUÍDOS EM SALAS REGULARES

deslocamos nosso olhar, percebendo-a como outra forma de “ler o mundo”, uma diferença cultural, o surdo deixa o lugar de “deficiente” para ocupar a posição de membro de uma comunidade linguística minoritária.

A concepção socioantropológica sustenta que os surdos formam uma comunidade linguística minoritária, que utiliza e compartilha uma língua de sinais, valores, hábitos culturais e modos de socialização próprios. A comunidade surda, então, é aquela que utiliza a língua de sinais, possui identidade própria e se reconhece como diferente. A surdez passa, assim a ser vista como diferença e não deficiência (GUARINELLO, 2007, p. 89).

Cultura surda é o jeito de o surdo entender o mundo e de alterá-lo, a fim de torná-lo acessível às suas necessidades, ajustando-os com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas. Tais adaptações vão implicar diretamente na língua, ideias, crenças, costumes e hábitos. É necessário um novo olhar em relação à surdez, à linguagem e à cultura, no sentido de questionar a interação social do indivíduo surdo, buscando superar a visão de deficiência, de doença que centra na dicotomia entre "sociedade ouvinte" e "comunidade surda".

[...] As identidades surdas são construídas dentro das representações possíveis da cultura surda, elas moldam-se de acordo com maior ou menor receptividade cultural assumida pelo sujeito. E dentro dessa receptividade cultural, também surge aquela luta política ou consciência oposicional pela qual o indivíduo representa a si mesmo, se defende da homogeneização, dos aspectos que o tornam corpo menos habitável, da sensação de invalidez, de inclusão entre os deficientes, de menos valia social. A cultura surda é o lugar para o sujeito surdo construir sua subjetividade e a ter seus estatus quo diante das múltiplas culturas, múltiplas identidades. Toda identidade, como disse Hall (1997), são constituídas dentro das culturas e não fora delas, pois, no interior dos discursos culturais, existem possibilidades de subjetividade (PERLIN, 2004, p. 77-78).

A surdez e os surdos não podem ser tratados meramente como doentes, pois não o são. Essa visão só poderá ser modificada se ultrapassarmos as consequências da perda auditiva e analisarmos de forma mais abrangente as habilidades geradas por ela, nos conscientizando de que se trata de uma diferença cultural. Muitas pessoas têm desvalorizado o conhecimento pessoal dos surdos, temendo integrá-los ao mundo dos ouvintes. Pressupõem que os surdos não sabem nada porque não têm a capacidade auditiva, e, com receio, os afastam do mundo dos

ouvintes, classificando a língua de sinais como inferior à língua oral, ou mesmo, não a considerando com o devido status linguístico. Não é de admirar que, com tal falta de reconhecimento, alguns surdos se sintam oprimidos e incompreendidos. Portanto, somente quando os ouvintes demonstrarem interesse em entender a cultura surda e a língua de sinais poderá ocorrer transformações no processo de comunicação com uma pessoa com surdez, e melhor forma de incluí-la no meio social.

É preciso ter a compreensão de que a surdez é uma diferença cultural, o surdo possui sua própria língua de modalidade gesto-visual. A forma que ele possui de aprender e de entender o mundo é diferente da forma do ouvinte. O desenvolvimento escolar dos surdos só ocorrerá efetivamente se tivermos a preocupação real com esses alunos, ou seja, o reconhecimento e aceitação de suas habilidades e capacidades, para que, desse modo, ele venha se sentir, realmente, parte de uma sociedade e não simplesmente seja colocado como uma estatística, para que haja o sentimento de um dever cumprido. É importante considerarmos que mais do que simples números eles são pessoas, seres humanos com uma diferença cultural e não merecem ser excluídos e menosprezados.

1.1 As igualdades nas diferenças

Ser diferente nos capacita a aprender com o outro algo que não sabemos que não conhecemos. A diferença do outro, seja ela qual for, permite-nos um aprendizado intelectual e social e nos possibilita experienciar uma lição de vida. Um surdo não pode ouvir, mas pode sentir ver e se comunicar. Sua diferença não o impede de conseguir conquistar o seu lugar na sociedade. Uma diferença que o caracteriza, assim como raça e classe social. Numa sociedade, apesar de sermos diferentes, é evidente que necessitamos uns dos outros e de suas habilidades. Para que possamos ver no outro nossa imagem e semelhança, é preciso se deslocar do *ter* para o *ser*. Precisamos reconhecer que, afinal, todos nós temos uma limitação, e é isso que nos torna iguais. Tais limitações surgem na possibilidade de não ouvir, de não ver, de não

[Digite texto]



AQUISIÇÃO DE UMA LÍNGUA E DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DE SURDOS INCLUÍDOS EM SALAS REGULARES

andar ou de não entender a matemática. Cada dificuldade precisa de um esforço para poder ultrapassar o que limita, seja ela difícil ou fácil, é difícil traduzir esses espaços de resistência, mas não é difícil traduzir que aí sobrevive um povo surdo, recuperando sua cultura, lutando na construção de um nome. Devemos lutar por uma sociedade que nas diferenças possibilite igualdades nas conquistas, aceitando o outro e sua capacidade de ter e ser, reconhecendo-o como parte de uma sociedade como homem e não como produto.

A respeito do direito a diferença Kauchakje (2003, p. 57) ressalta que:

[...] a sociedade inclusiva muitas vezes, privilegia os estudos sobre o direito à diferença, mesmo num país como o Brasil, no qual os direitos que fazem referência à igualdade, como os direitos à educação, à saúde, à habitação, à alimentação e ao trabalho, não lograram ser garantidos no cotidiano da vida e das relações sociais.

O direito à *igualdade* nos possibilita reconhecer o potencial do surdo para que seja respeitada sua dignidade, humanidade, capacidade, valorização no âmbito social e profissional, ao passo que, reconhecer sua *diferença* nos leva a aceitar sua cultura e língua de sinais permitindo-os usá-la livremente e prazerosamente para expressar suas ideias, sentimentos e seus conhecimentos. Em função de tudo isso podemos dizer que é importante reconhecer as diferenças sem deixar de reconhecer a igualdade de direitos, que é uma questão moral, política e social. Articular igualdade e diferença no contexto escolar supõe enfrentar muitos desafios, a começar pelo papel da escola, em que a igualdade deve ser privilegiada e as diferenças repreadas. Supõe assumir uma postura de valorização dos alunos surdos e não desmerecê-los, mas tomar a consciência de que se trata de uma diferença cultural e não uma deficiência que venha os limitá-los. É imprescindível que rompamos com velhos paradigmas e que haja um trabalho coletivo dos educadores, assim como de toda comunidade escolar, para proporcionar uma formação de grande valor. Afirmar a igualdade de todos e todas exige valorizar as diferenças. A escola está sendo chamado para se tornar um contexto fundamental para esta articulação, um compromisso real para com os surdos, proporcionando o seu lugar na sociedade, visando uma educação voltada para

igualdade, não levando em consideração a dificuldade de cada um.

O aluno com necessidades educacionais especiais tem o direito de ser igual, mas quando manifesta suas necessidades, ele tem direito de ser respeitado diante suas especificidades. Tem direito à educação, destinada a todos, sem preconceito, sem sentimento de incapacidade, mas o reconhecendo como membro de um grupo de pessoas capazes de realizar o que lhes for destinado. A escola precisa assumir um papel com o propósito de ensinar valores e atitudes, sob o ponto de vista de um comportamento ético, no que se refere à vida, ao ambiente e às relações humanas. Assim, o professor precisa se esforçar na sua capacidade de docência sem preconceitos, mas ministrando um ensino de qualidade.

2 Os métodos de ensino

É ser pertinente fazermos uma breve reflexão sobre as correntes filosóficas desenvolvidas, no decorrer do tempo, para a educação de pessoas surdas, pois nos fornece suporte, para analisar e compreender a história da educação dos surdos. As três principais metodologias que vigoram, até hoje, na educação de pessoas com surdez são o Oralismo, a Comunicação Total e o Bilinguismo. Embora o Bilinguismo seja a mais recente metodologia, as outras práticas ainda são utilizadas. A história da educação dos surdos e essas abordagens educacionais marcam o processo de ensino/aprendizagem desses alunos.

2.1 Oralismo

Oralismo é um método de ensino para surdos, no qual se defende que a maneira mais eficaz de ensiná-lo é através da língua oral, ou falada. Surdos que são educados através deste método de ensino são considerados surdos oralizados. A educação pelo Oralismo visa à integração da criança surda na comunidade ouvinte, enfatizando a língua oral. O objetivo é fazer com que a criança surda vá em direção à

[Digite texto]



AQUISIÇÃO DE UMA LÍNGUA E DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DE SURDOS INCLUÍDOS EM SALAS REGULARES

“normalidade”, nega-se a surdez e enfatiza-se a aquisição da fala. Os alunos surdos são ensinados a falar, por meio de treino de fala e técnicas para desenvolver a oralidade. A abordagem é vista pelos oralistas como a melhor forma de educação para surdos, por favorecer seus conhecimentos e seu convívio social, já que com a linguagem oral se integram no meio social sem se excluírem.

O Oralismo é considerado, por seus adeptos, o método mais eficiente já que o mesmo afirma que todas as crianças surdas têm algum grau de audição (resíduo auditivo), e por isso, se acredita que é possível desenvolver esse “resto auditivo”, por menor que seja por meio de estímulos orais e auditivos e treinamento de fala.

Há críticas contra o método oral, no sentido de que ele, em primeiro lugar, foca justamente onde há o déficit em vez de focar e estimular as habilidades da pessoa com surdez, no caso a visão e os outros sentidos. Outra questão é que os oralistas tentam “curar” os surdos (visão clínica – doença), transformando-os em ouvintes, o que denota uma visão dominante da cultura ouvinte sobre a cultura surda, a qual é denominada de “ouvintismo” por Skliar (1999, p. 7).

O termo “Ouvintismo” e suas derivações, “ouvintização”, “ouvintistas”, etc., sugerem uma forma particular e específica de colonização dos ouvintes sobre os surdos. Supõem representações, práticas de significação, dispositivos pedagógicos, etc., em que os surdos são vistos como sujeitos inferiores, primitivos e incompletos.

Com os avanços tecnológicos, surge a possibilidade do implante coclear para alguns casos de surdez, com o objetivo de minimizar os efeitos da *deficiência auditiva* e favorecer a aquisição da língua oral. A abordagem oralista, então, passa a ter muita influência na educação das crianças *deficientes auditivas*. Por causa da valorização da comunicação oral a linguagem gestual é deixada de lado, já que, segundo esse método, a oralidade é a única forma que permite o acesso do *deficiente auditivo* ao convívio social. [...] Na abordagem oralistas o objetivo é promover a aquisição da linguagem oral sem o uso de nenhum gesto (conforme definição do Conselho Federal de Fonoaudióloga) (SANTANA, 2007, p.127).

Mesmo entre os oralistas, existem práticas variadas de ensino, sendo que

alguns proíbem, terminantemente, qualquer tipo de gestos, enquanto outros aceitam os gestos naturais com o objetivo de atingir a oralidade.

Assim vê-se que há práticas variadas para uma “mesma” abordagem. Ao que parece, há diferenças entre “meios” e “fins”: alguns supõem o Oralismo é um “fim” independente dos meios, outros supõem que entre “meios” e “fins” não há diferenças, ou os confundem. De qualquer forma, o “fim”, isto é, fazer falar, é o mesmo (SANTANA, 2007, p.127).

O que se conclui é que não importa qual a modalidade do método oralista, a comunicação que se propõe para a comunidade surda é a língua oral, com o pressuposto de que apenas ela promove a interação surdo/ouvinte. Com esse conceito a língua oral ganha força, já que, para uma boa comunicação, é preciso uma língua partilhada para que ocorra a interação.

Para os oralistas, é necessário que o surdo fale bem para ser realmente aceito no meio social. Há uma superficialidade no que diz respeito ao ensino dessa modalidade, já que o surdo não aprende a língua em uso, mas somente o vocabulário da língua, não existe de fato o alfabetismo, o surdo não consegue relacionar o objeto ao seu conceito. Portanto, a grande maioria de surdos que passa pelo processo de oralização, não falam e nem fazem leitura labial satisfatoriamente.

2.2 Comunicação total

Mais do que simplesmente um método, a Comunicação Total é reconhecida como uma filosofia educacional que desenvolve um trabalho voltado ao atendimento e à educação de pessoas surdas, buscando valorizá-las como pessoas, por suas habilidades, e não como alguém portador de uma deficiência física. Essa filosofia aceita todas as formas possíveis de comunicação, para que o surdo possa exprimir suas ideias, desejos e anseios a outro surdo ou ao ouvinte. Dessa forma, vários recursos poderão ser utilizados: o alfabeto manual, dramatizações, oralidade, leitura labial, treino de fala, sinais “caseiros”, a escrita, entre outros. Ela busca tornar acessível, pela visão, a gramática falada, abrindo espaço para o reconhecimento da surdez como uma significação social, e os reconhecendo alunos surdos como capazes

[Digite texto]



AQUISIÇÃO DE UMA LÍNGUA E DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DE SURDOS INCLUÍDOS EM SALAS REGULARES

de utilizar os sinais no contato com outros surdos fluentes, desenvolvendo uma perfeita comunicação.

Apesar dos sinais serem aceitos seu uso ocorria na estrutura da língua portuguesa e não na estrutura da língua de sinais, portanto, tratava-se de um mecanismo artificial que foi denominado “português sinalizado”. Mais uma vez, a língua de sinais não tinha reconhecimento e nem status linguístico, pois se acreditava que os sinais apenas funcionavam como forma de se ensinar a língua oral.

A Comunicação Total se propõe a desenvolver um trabalho pedagógico que se destina a uma completa liberdade na prática de quaisquer estratégias que venham permitir o resgate da comunicação, seja por meio da oralidade, dos sinais, ou pela combinação desses modos. Esse tipo de comunicação acaba por favorecer o contato do surdo com os sinais, o que antes era desconsiderado pelo oralismo.

Essa Comunicação veio após a frustração com o processo do oralismo, no qual muitos surdos não se adaptaram com o aprendizado esperado dessa abordagem, ou seja, com a leitura de lábios e com a emissão de palavras (oralidade e treino de fala). Tentou-se criar, então, uma comunicação que possibilitaria um aprendizado abrangente para os surdos. Esse tipo de comunicação total consistiria no uso concomitante de palavras e sinais, ou seja, no uso simultâneo de uma língua oral e de uma língua sinalizada. Em relação a essa modalidade mista de uso simultâneo de duas línguas – a Comunicação Total incorre na prática do “bimodalismo”, que é, no caso do Brasil, o uso do português sinalizado, o uso simultâneo de fala e de sinais.

A comunicação total não exclui recursos e técnicas para a estimulação auditiva – abrange a adaptação de aparelho de amplificação sonora individual, a leitura labial, a oralização, a leitura e a escrita. Há completa liberdade para usar qualquer estratégia que permita o resgate da comunicação. Seja por meio da linguagem oral, seja pela língua de sinais, seja pela datilologia, seja pela combinação desses modos, deve-se priorizar a comunicação. Seus programas estão interessados em aproximar pessoas e permitir contatos e, para tanto, pode-se utilizar qualquer recurso linguístico – comunicativo. Em suma, privilegia-se a interação e entre os surdos e os ouvintes, e não o aprendizado de uma língua (CICCONI apud SANTANA, 1990, p.180).

Essa abordagem, portanto, prioriza comunicação não se atendendo ao aprendizado da língua propriamente dita. A preocupação maior está na interação com o outro, utilizando qualquer forma comunicativa, o que leva a uma comunicação que não atende às complexidades de uma conversação, a não ser um conhecimento em nível superficial. Por falta de conhecimento da língua de sinais muitos adotam a comunicação total, o que acaba dificultando o aprendizado linguístico dos surdos.

Além da língua de sinais (português sinalizado), a abordagem da comunicação total usa o alfabeto manual - representação manual das letras do alfabeto, e sinais que representam sons, ou seja, mais uma vez há a interferência de uma língua sobre a outra, muitas vezes inventando sinais não aceitos pela comunidade surda.

A prática do bimodalismo é muito criticada por se tratar de uma pseudo língua e por estudiosos concluírem que isso provoca muita dificuldade nas crianças que não conseguem assimilar duas línguas simultaneamente, ocasionando a falta do aprendizado tanto da língua oral como da língua de sinais.

Santana (apud ALMEIDA, 2000, p. 181) ressalta que:

[...] a criança aprende que a palavra equivale ao sinal utilizado e, com isso, torna-se propensa a erros produz frases incompreensíveis todas as vezes que expressa os próprios “pensamento”[...].

De acordo com Santana (apud ALMEIDA, 2000, p. 181) o bimodalismo é insuficiente para um aprendizado da língua, de forma que não contribui para um processo de aprendizagem dessas crianças e, sim, provoca um atraso para seu desenvolvimento. Outra crítica feita à Comunicação Total diz respeito ao aprendizado que, de acordo com estudiosos, ocorre de modo artificial, enfatizando somente a interação com o outro e não se preocupando com o aprendizado real de uma língua, o que acaba por dificultar a comunicação para aqueles que dominam a língua de sinais. Conclui-se, portanto que o Oralismo e a Comunicação Total se tornam semelhantes no que se refere à problemas relacionados à aprendizagem, já que nenhum promove crescimento para o conhecimento dos surdos.

A comunicação total parece ser do tipo “vale tudo”. Assim, não se questiona o papel da linguagem oral, tampouco o da língua de sinais nesse contexto. Criou-se uma língua “artificial” como o objetivo de ensinar a gramática da língua falada ao surdo, como se a língua fosse um processo individual, e não social. Como se pudesse ser “ensinada” como uma categoria sintática a parte das

[Digite texto]



AQUISIÇÃO DE UMA LÍNGUA E DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DE SURDOS INCLUÍDOS EM SALAS REGULARES

outras funções lingüísticas. A idéia de que “o vale é comunicar” acaba por prejudicar a aquisição da linguagem e para o desenvolvimento cognitivo. Não se pode misturar a gramática de uma língua e criar sinais respectivos em outra apenas com fins “educacionais” (SANTANA, 2007, p.182).

A Comunicação Total apesar de ser considerada artificial em questão de ensino, é muito usada, até os dias de hoje, já que consiste em estimular a interação com o outro. Muitos confundem essa abordagem com o bilinguismo, e acreditam estar utilizando esse método de ensino, mas na verdade estão realizando a Comunicação Total.

2.3 Bilinguismo

De acordo com o dicionário Houaiss (2004), BILINGUISTO é definido como:

Coexistência de dois sistemas lingüísticos diferentes (língua, dialeto, falar etc.) numa coletividade, us. Alternativamente pelos falantes segundo exigências do meio em que vivem, ou de situações específicas; uso concomitante de duas línguas por um falante, ou grupo, com igual influencia ou com a proeminência de uma delas (HOUAISS, 2004, p.453).

No caso do bilinguismo para surdos, precisamos considerar que é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível, à criança, duas línguas no contexto escolar. Essa proposta vem sendo a mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que se considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita. No entanto, o reconhecimento dos surdos enquanto pessoas surdas e da sua comunidade lingüística estão inseridos dentro de um conceito mais geral de bilinguismo. O modelo de educação bilíngue tem por objetivo que a criança surda possa ter um desenvolvimento cognitivo-lingüístico equivalente ao verificado na criança ouvinte, tendo acesso às duas línguas: a língua de sinais e a língua majoritária. Este modelo contrapõe-se ao oralista porque considera o canal viso-gestual de fundamental importância para a aquisição de linguagem da pessoa surda. E contrapõe-se à Comunicação Total porque defende um

espaço efetivo para a língua de sinais no trabalho educacional.

O bilinguismo tem sido considerado como a abordagem que pode propiciar, ao surdo, as condições ainda não encontradas na escola, os quais necessitam para desenvolver seu potencial. A partir dessa abordagem, a surdez passa a ser entendida como uma diferença e não mais como deficiência. Há uma total mudança de foco, pois a surdez deixa de ser percebida como concepção clínico-patológica passando a ser considerada sob o enfoque socioantropológica.

Na concepção clínico-patológica, Pereira (2011, p. 20-21) enfatiza:

A surdez é vista como patologia, como deficiência, e o surdo, como deficiente. Sendo uma patologia, deve ser tratada, colocando-se aparelho de amplificação sonora individual ou fazendo-se implante coclear e procedendo-se a treinamento auditivo intensivo.

A autora ressalta que, nesta concepção, a educação passa a ser terapêutica, e tem como objetivo levar o aluno a “ouvir” e, conseqüentemente, fazê-lo falar. Dá seqüência à sua análise, esclarecendo que na concepção socioantropológica:

A surdez não é concebida como uma deficiência que impõe inúmeras restrições ao aluno, mas como uma diferença na forma como o indivíduo terá acesso às informações do mundo. Nesta concepção, o surdo é considerado membro de uma comunidade minoritária, com direito a língua e cultura próprias (PEREIRA, 2001, p.21-22).

Dessa forma, o bilinguismo reconhece o valor linguístico da língua de sinais e defende que ela e a língua falada não podem ser produzidas simultaneamente. Nas línguas orais-auditivas, existem palavras. Nas línguas de sinais, também existem itens lexicais, que recebem o nome de sinais. No caso do bilinguismo para surdos, precisamos considerar o fato de que as línguas envolvidas são: um espaço-visual, ou viso-espacial e outra oral-auditiva. Os sinais são considerados a “fala” dos surdos e eles devem ser levados a se apropriarem, inicialmente da língua de sinais e depois a aprenderem a língua majoritária do país, na modalidade escrita, e, quando possível, falada.

Os defensores do bilinguismo se opõem ao modelo oralista porque consideram o canal viso-gestual de fundamental importância para a aquisição de

[Digite texto]



AQUISIÇÃO DE UMA LÍNGUA E DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DE SURDOS INCLUÍDOS EM SALAS REGULARES

linguagem da pessoa surda. O trabalho pedagógico reconhece que a língua de sinais é a única que os surdos podem dominar plenamente e que pode suprir todas as suas necessidades de comunicação e cognitivas, propiciando a possibilidade de atingir a conclusão do processo escolar e ter condições de se nivelar à aprendizagem dos ouvintes.

Isto significa em dizer que o bilinguismo busca resgatar o reconhecimento do direito que os surdos têm de serem educados na sua língua natural e deste modo se constituir como sujeito de direitos, cidadãos ativos e participativos na sociedade (SLOMSKI, 2012, p.48).

Desse modo, há o reconhecimento de que a língua dos surdos é a língua de sinais, criada naturalmente por eles pela necessidade de comunicação, e do conhecimento de mundo. O Bilinguismo vem ao encontro desses anseios, ou seja, levar o surdo à uma verdadeira inclusão social, atendendo as suas especificidades, por meio da aquisição da língua e do desenvolvimento do seu processo lingüístico.

De acordo com Slomski (2012, p.45) “a língua é um dos principais elementos no desenvolvimento da criança como ser social uma vez que é através dela que transmitem os modelos de vida e os padrões éticos e cognitivos de uma sociedade e de uma cultura”.

É, portanto, a língua que possibilita o alcance de todas as coisas, por meio dela que se agrupam experiências e as partilhas que podem levar a nomear, categorizar, conceituar e relacionar. Essa possibilidade tem que ser para todos e isso inclui também os surdos, pois é através da língua de sinais que ele se expressa, sente e se comunica. O bilinguismo permite essa interação, promovendo o canal para o convívio social, incluindo pessoa surda dentro da escola e fora dela numa perspectiva sócio interacional. Os alunos surdos podem estar em contato com os dois universos, tanto em uma sala regular como em uma sala específica para suas necessidades. Assim poderá ter mais possibilidades de desenvolvimento, por entender as suas duas línguas tanto a oral como a de sinais.

Ter contato desde uma idade precoce com duas línguas oferecerá à criança muito mais recursos do que tendo apenas uma língua, qualquer que seja seu futuro e qualquer que seja o mundo em que escolherá viver (as vezes só num deles). Ninguém se arrepende de saber várias línguas mas sim quando sabe pouco, ainda mais quando o próprio desenvolvimento está em jogo. A criança surda deveria ter o direito de crescer bilingüe e é nossa responsabilidade ajudá-la nisso. GROSJEAN, François (Artigo: O DIREITO DA CRIANÇA SURDA DE CRESCER BÍLÍNGUE Universidade de Neuchâtel – Suíça, 2014).

Bilinguistas consideram a língua de sinais para os surdos como língua natural, língua materna (L1), e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita (L2), que deve ser ensinada com metodologia de segunda língua em um processo educacional.

3 Educação de surdos

A educação é importante na vida de todo indivíduo, não só para a formação profissional, mas, também, no que tange à formação do caráter, através do convívio entre o grupo e da exposição aos conteúdos acadêmicos. A criança surda tem o direito à educação legalmente garantida.

Segundo a Lei Federal nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, Art. 24 do decreto nº 3.298/99 e a Lei nº 7.853/89, “a pessoa com deficiência tem direito à educação pública e gratuita preferencialmente na rede regular de ensino e, ainda, à educação adaptada às suas necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 1996).

Portanto, a criança com surdez tem direito a uma educação no ensino regular, porém, também tem o direito a ter suas especificidades linguísticas atendidas, ou seja, ter acesso aos conteúdos escolares por meio da língua de sinais.

No Brasil, o direito das crianças surdas a uma educação bilingue é garantido pelo Decreto Federal no 5626, de 22 de dezembro de 2005. Este documento estabelece que deva ser ofertada obrigatoriamente aos alunos surdos, desde a educação infantil, uma educação bilingue na qual a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – é a primeira língua e a Língua Portuguesa, na modalidade escrita, é a segunda. A modalidade oral da Língua Portuguesa é uma possibilidade, mas deve ser trabalhada fora do espaço escolar (PEREIRA; VIEIRA, 2009, p. 65).

A educação da criança surda é um direito, faz parte da sua condição como ser humano e o dever de educar é responsabilidade da família e do educador.

[Digite texto]



AQUISIÇÃO DE UMA LÍNGUA E DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DE SURDOS INCLUÍDOS EM SALAS REGULARES

Para que a educação de crianças surdas venha a ser eficiente, é indispensável que haja comprometimento e parceria família/escola.

No caso específico do atendimento educacional a alunos com necessidades educativas especiais, a Declaração de Salamanca (Brasil, 1994), documento internacional que orienta a política nacional brasileira, congrega a todos os governos "encorajarem e facilitarem" a participação dos pais no planejamento e tomada de decisões nos serviços especializados, estabelecendo, com eles, uma verdadeira parceria (DIAS, 2014, p. 2).

Dessa forma, podemos notar que a participação ativa da família é essencial, pois garante a confiança do aluno influenciando o modo como ele age e reage diante de situações do cotidiano e dando-lhe segurança dentro e fora de casa. Um apoio familiar proporciona respaldo e influencia positivamente no desenvolvimento da criança.

Precisamos considerar que a criança surda, filha de pais ouvintes, tem sérios comprometimentos linguísticos por não partilhar da mesma língua dos seus pais. Para que ela desenvolva sua linguagem interna, é necessário que tenha acesso precoce à língua de sinais.

A linguagem é essencial à vida em comunidade, pois é através dela que partilhamos ideias, emoções, experiências. Sem a linguagem as nossas potencialidades como ser humano ficam muito reduzidas.

No caso dos surdos oralizados, a escolarização envolve o treino de fala e a leitura labial. Acredita-se que, dessa forma, haverá a promoção da comunicação e a participação no meio social, visto que a comunidade utiliza a língua oral, e, conseqüentemente, a aprendizagem da língua escrita será facilitada.

Devemos viabilizar condições favoráveis que venham contribuir para o pleno desenvolvimento da criança, e criar possibilidades para que ela se torne capaz de interagir em diversos sistemas sociais e linguísticos: na comunidade de surdos e na comunidade ouvinte.

Atualmente, no ambiente escolar, há inclusão dos alunos surdos, pois de acordo com os pressupostos de Salamanca, a "inclusão social" deve enfatizar as

oportunidades de acesso e permanência, na escola regular, desses alunos, com o direito de ter possibilidade de aprendizado no meio social, para que sejam capazes de alcançar seus objetivos, de interagir socialmente, mostrando que a deficiência auditiva não é um problema, mas uma diferença cultural que os torna especiais, e não os incapacitam de aprender.

Cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem, cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias, os sistemas de educação devem ser planejados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades, as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades (SALAMANCA, 1994, p. 8 -9).

No entanto, vale ressaltar que o termo inclusão está intimamente ligado ao termo exclusão. Quando falamos em inclusão, pressupõe-se a preexistência de um processo excludente. A “exclusão social” refere-se às dificuldades ou problemas sociais que levam ao isolamento e até a discriminação de um determinado grupo de uma determinada sociedade.

Para desenvolver um trabalho educacional com Surdos o isolamento é o caminho menos recomendado, uma vez que para construirmos ações de qualidade é necessário saber da abrangência de nossa prática, para assim estabelecermos parâmetros sólidos no intuito de proporcionar à comunidade Surda possibilidade de usufruir de uma educação que assista a suas características e sua condição de grupo minoritário (SLOMSKI, 2012, p.13).

Dessa forma, evidencia-se que essas crianças precisam de uma inclusão real, em um meio social, que não se tornem excluídas do meio ouvinte, fazendo com que a sua comunicação seja apenas com aqueles que tenham a mesma diferença cultural, mas que possibilite um abrangente convívio com o outro para que, por meio da troca de conhecimentos, a aprendizagem venha acontecer de forma rica e significativa. Isso tem que ocorrer principalmente dentro de uma escola, pois é nela que haverá possibilidades de relações, interações e trocas de conhecimentos que irão contribuir para a formação do indivíduo. Apesar da importância e necessidade do convívio social com ouvintes não podemos perder de vista as especificidades do aluno surdo que tem a necessidade e o direito a um intérprete dentro do ensino regular. Outra questão que

[Digite texto]



AQUISIÇÃO DE UMA LÍNGUA E DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DE SURDOS INCLUÍDOS EM SALAS REGULARES

precisamos considerar é a que se refere às adaptações curriculares e de materiais específicos, com visuais, gravuras, imagens, entre outros. No, entanto é preciso muita cautela para que o aluno não venha se sentir discriminado por ter necessidade de tais recursos. É necessário conscientizá-lo de que esses recursos vão contribuir para seu crescimento, oportunizando-lhe acesso ao conhecimento.

A interação social faz muita diferença para o desenvolvimento dos alunos com surdez, pois além de estarem incluídos com o intuito de possibilitar o convívio social, o ganho de aprendizagem acadêmica ocorre concomitantemente. No entanto, infelizmente, pudemos perceber em nossa experiência docente que em alguns casos esses alunos têm sido excluídos. Evidenciamos tal exclusão quando menosprezamos a capacidade da comunidade surda, esquecendo que a interação social é importante em toda e qualquer situação, e não seria diferente para com os surdos.

A inclusão de alunos com surdez, no sistema regular de ensino, é um assunto que causa muita polêmica. Questiona-se se nessa inclusão se o processo ensino/aprendizagem está ocorrendo de fato. Incluir o aluno surdo em uma sala regular, ou disponibilizar atendimento em uma escola específica para pessoa com surdez? Muitos alegam que essa última poderia incorrer numa segregação, outros, porém, justificam que somente desse modo terão suas necessidades especiais atendidas, de fato. *Incluir* significa mudar a mentalidade, mudar os paradigmas e aceitar as diferenças. O convívio social com crianças ouvintes pode estimular o aprendizado da criança com surdez, mas, se não houver um trabalho estimulante e desafiador, por parte do professor e do intérprete, no sentido de elaborar e fazer adaptações necessárias, não vai haver o aprendizado esperado, mas sim um atraso para essas crianças surdas. Mais do que simplesmente ensinar, o professor precisa conhecer a história de vida da criança surda, sua trajetória, e assim poderá encontrar estratégias nas atividades para o aluno surdo.

A realidade tem demonstrado que as tentativas educacionais até o presente não se têm mostrado suficiente e eficiente para fazer com que a criança e adolescentes Surdos possam atingir o mesmo desenvolvimento acadêmico, social e profissional que os ouvintes de uma mesma faixa etária ou mesmo grau

escolar (SLOMSKI 2012, p.20).

Quando se trata de aprendizagem, a surdez é a mais complexa entre as deficiências, porque o surdo, por não ouvir, acaba não desenvolvendo a fala, portanto perde esse suporte para o aprendizado, sendo necessário esforço e dedicação, por parte dos professores e intérpretes, em propor um ensino rico em estímulos visuais que os levem a interagir, convidando-os a participar de forma significativa.

3.1 Adaptações curriculares

Assim como para as crianças ouvintes, o currículo na educação infantil para surdos deve focar a *formação pessoal e social*, e o conhecimento de mundo. De acordo com a Profa. Lima:

No que se refere à formação pessoal e social, o currículo a ser desenvolvido deve priorizar a questão da identidade e autonomia da criança. No que se refere ao conhecimento do mundo, devem ser priorizados as atividades que envolvam: expressão corporal; artes visuais; natureza e sociedade; matemática; linguagem oral e escrita (2006, p.52).

Evidencia-se, dessa forma, a necessidade de se enfatizar na educação infantil de crianças surdas, assim como das ouvintes, a identidade, autonomia e o conhecimento de mundo para que elas possam constituir sua personalidade interagindo com o outro e com o mundo que a circunda, e, conseqüentemente, aumentar suas possibilidades de comunicação.

De acordo com a cartilha do MEC (2000):

Adaptações Curriculares são respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a oferecer a todos os alunos e, dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais o acesso ao currículo, a participação integral, efetiva e bem sucedida em uma programação escolar tão comum quanto possível; a consideração e o atendimento de suas peculiaridades e necessidades especiais [...] (CARTILHA 05, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, C327 2000, p. 8)

As adaptações curriculares e a flexibilização de conteúdos são necessárias para a comunidade surda dentro da escola. Apenas dessa forma haverá possibilidade do aluno com surdez ter acesso ao aprendizado. O professor precisa

[Digite texto]



AQUISIÇÃO DE UMA LÍNGUA E DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DE SURDOS INCLUÍDOS EM SALAS REGULARES

estar atento e saber articular estratégias que levem a criança a se conectar com a aprendizagem tanto da língua oral/escrita como a língua de sinais.

O processo ensino/aprendizagem deve ocorrer de forma interativa e significativa, por meio de atividades que venham contribuir e estimular o conhecimento dessas crianças, proporcionando um desenvolvimento intelectual adequado. Tais atividades devem ser contextualizadas e estar vinculadas a um estímulo visual, de maneira que o professor se expresse de forma significativa para com esses alunos. Utilizando recursos visuais, ao desenvolver a comunicação com o surdo, o professor estará promovendo a compreensão do aluno e facilitando sua aprendizagem.

A afeição, a emoção, o carinho, a amizade entre professor e criança com surdez são componentes essenciais e fundamentais nas atividades de conversação e diálogo, isto é, na interação. Para a criança com surdez ter uma boa comunicação visual, o professor deve desenvolver tanto as atividades de leitura orofacial como atividades com a língua de sinais (LIMA, 2006, p. 47).

Fica evidente, portanto, a importância que as interações, vinculadas à afetividade, têm para que a criança venha se desenvolver de modo adequado. Por meio das interações que são estabelecidas com a criança entre familiares, professores e o meio circundante, ela conseguirá compreender o mundo ao seu redor, construindo conhecimentos e se desenvolvendo de modo global.

O professor tem o dever de desenvolver atividades que venham contribuir para o conhecimento do seu aluno, assim como para sua formação social e pessoal. É preciso oferecer oportunidades que venham favorecer o desenvolvimento da criança de forma lúdica e contextualizada.

A proposta curricular, assim como os objetivos, a serem desenvolvidos com a criança com surdez são os mesmos que os desenvolvidos com as crianças ouvintes, porém, no caso de crianças com surdez, as adaptações devem ser realizadas, principalmente, no que se refere à expressão corporal e à linguagem. O conteúdo a ser trabalhado com o aluno surdo deve ser o mesmo, também, havendo apenas adequações nas estratégias a serem utilizadas. Por meio de adaptações, adequações e flexibilizações o professor irá promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos

alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. O currículo deve priorizar conteúdos e atividades que venham facilitar a aprendizagem da criança. Vale ressaltar a relevância que a participação ativa do aluno tem para a construção de sua identidade e para o reconhecimento dos comportamentos e atitudes que são aceitos pelo grupo de colegas. Os limites e as normas precisam ser estabelecidos para que haja bom convívio com todos e o professor deve interferir logo em seguida, quando algo ocorrer de forma inadequada, fazendo-se entender por meio de explicações, dramatizações e expressões faciais e corporais.

Os alunos surdos baseiam-se mais nas pistas visuais que nas auditivas. A utilização, em sala de aula, de recursos visuais adequados facilita sobremaneira a compreensão e a aprendizagem significativa deste aluno. Alguns recursos visuais que podem ser utilizados pelo professor são objetos concretos, filmes, fitas de vídeo, fotos, gravuras de livros e revistas, desenhos, a escrita e ainda o uso da língua de sinais, da mímica, da dramatização, de expressões faciais e corporais, de gestos naturais e espontâneos que ajudam a dar significado ao que está sendo estudado (LIMA, 2006, p.49).

Conclui-se que as adequações e a busca de recursos materiais visuais para o ensino de alunos com surdez são essenciais, para que, por meio deles, se possibilite o conhecimento para esses alunos. É preciso muita dedicação do professor ao programar e ministrar suas aulas, e da escola para proporcionar esses recursos, assim como sugerir e apoiar as adaptações curriculares necessárias para todos os alunos com necessidades especiais.

A comunidade surda já foi muito esquecida em relação ao ensino/aprendizagem, pois a sua cultura não era priorizada, mas sim o seu convívio, a sua integração no meio da comunidade ouvinte. Devido a isso, a consequência foi que os surdos não tiveram uma escolarização efetiva, ocasionando um atraso na sua aprendizagem, visto que o principal objetivo era atingir a oralidade por meio do treinamento auditivo, o que não era possível para todos surdos, e, assim, a cultura surda não era reconhecida e muito menos valorizada.

As adaptações curriculares são de relevantes nas escolas, pois levam em consideração os alunos surdos e a sua aprendizagem, respeitando a sua cultura, língua e identidade. E para que a escola cumpra o papel de mediador no processo

[Digite texto]



AQUISIÇÃO DE UMA LÍNGUA E DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DE SURDOS INCLUÍDOS EM SALAS REGULARES

ensino/aprendizagem, é necessária uma reorganização do currículo para ser capaz de atender as necessidades educacionais específicas dos surdos. Essas adaptações devem acontecer para a melhoria do ensino desses alunos respeitando suas diferenças individuais.

4 Inclusão

A educação inclusiva pode ser definida como uma prática para todos, mas a construção de uma sociedade inclusiva vai além da teoria. A importância da inclusão está relacionada com o respeito à diferença; somos diferentes uns dos outros, eis o ponto que nos torna iguais.

A inclusão escolar é uma realidade e vai além de uma simples matrícula, ou o número de alunos inclusos, existe toda uma complexidade, exige um novo olhar dos professores, da escola, da sociedade, um novo modelo organizacional, com professores comprometidos, valorizando as diferenças, visando uma educação voltada para a igualdade.

A inclusão requer mudança de paradigmas, compreender e aceitar o outro em suas diferenças, abrir horizontes, desejar e realizar mudanças profundas nas práticas educacionais, proporcionando um ambiente que favoreça a aprendizagem. Precisamos entender que incluir não é simplesmente inserir um aluno em um ambiente escolar e considerar que esteja realmente incluído. Ele até poderá estar inserido, mas, para a inclusão acontecer, realmente, é preciso de uma atenção do corpo docente, da escola e da família, e uma conscientização por parte dos alunos, para que esses se sintam realmente inclusos.

O ato de incluir não é fácil, pois surgem vários questionamentos, e o conceito de inclusão é recente em nosso meio. Como qualquer situação nova envolve conceitos novos e críticas, a inclusão escolar é fato e o reconhecimento e a valorização das diferenças precisa fazer parte da realidade. A escola regular, de maneira geral, não

foi bem planejada para acolher a diversidade de indivíduos, mas para a padronização, para atingir os objetivos de uma educação que promove o real conhecimento e não um atraso. O termo inclusão, no âmbito escolar, vem carregado de um modelo excludente, pois não respeita a identidade surda e a sua cultura.

Quando nos referimos à inclusão, logo vem-nos à mente outra palavrinha – o seu suposto oposto – a exclusão. Inclusão/exclusão, um binômio que facilmente remete à idéia de estar de um lado ou de outro de uma suposta fronteira. Estabelecer os limites dessa fronteira é algo bastante complicado. As fronteiras da exclusão aparecem, desaparecem e voltam a aparecer, multiplicam-se, disfarçam-se; seus limites ampliam-se, mudam de cor, de corpo, de nome e de linguagem (KLEIN, 2005, p. 84).

A inclusão escolar é tema para várias discussões e reflexões, sendo que a maior dificuldade está na conscientização de que a inclusão já é uma realidade e precisa ser reconhecida como direito do outro. A inclusão vem associada à exclusão já que parte do ponto de incluir o aluno por determinadas condições, e excluí-los por outras, ou seja, a ideia de que aqueles que não se adequam no devido padrão social é excluído. Para mascarar o preconceito e fazer com que tenha uma interação com a sociedade, que não faz parte da sua diferença cultural, incluem esses alunos surdos em uma sala regular, mas não oferecem o devido ensino e o apoio que é necessário para os mesmo, visto que esses alunos requerem maior atenção em sua aprendizagem e material diversificado que atenda a sua necessidade.

A inclusão é um processo que se encontra em constante construção, acreditamos que o sistema escolar deve atender às diferenças sem discriminar, assegurando ao aluno surdo a participação no processo ensino aprendizagem. A educação inclusiva implica em mudança, é para isso que ela surgiu, para possibilitar caminhos a esses alunos que antes não era possível, proporcionando a mesma possibilidade de crescer na sociedade e no conhecimento como qualquer outro, inclusive dando lugar aos alunos surdos no meio social.

Klein (2005, p. 88) enfatiza que:

Dirigindo nosso olhar aos movimentos surdos, encontramos uma história de lutas em diferentes sentidos, na qual procura-se marcar, entre os próprios surdos e a sociedade em geral, questões referentes a sua língua, suas identidades, sua cultura. Uma das marcas mais efetivamente colocadas diz

[Digite texto]



AQUISIÇÃO DE UMA LÍNGUA E DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DE SURDOS INCLUÍDOS EM SALAS REGULARES

respeito às formas de entender a surdez e à experiência do estar sendo surdo a partir da diferença.

É necessário conscientizarmos sobre a importância de inclusão. Uma educação inclusiva deve ter como foco principal a aceitação de todos, considerando as diferenças e as valorizando, transformando a escola e repreendendo as práticas exclusivas. Estamos diante de um grande desafio em oferecer um ensino de qualidade, promovendo uma educação realmente inclusiva que visa desenvolver no aluno a sua capacidade de conhecimento. E para promover essa educação, realmente inclusiva, é necessário um atendimento por parte da escola, professores, pais e alunos, e a adequação de materiais, aula, ensino, e a conduta da sociedade, para com os surdos. A escola sendo capaz de reconhecer e aceitar a diversidade no desenvolvimento dos alunos como sujeitos que fazem parte de uma diferença cultural, promovendo, assim, uma educação de qualidade para todos.

4.1 Atendimento educacional especializado (A.E.E)

A inclusão envolve a busca pela participação e aprendizagem na sala regular e na sala especializada. O professor do ensino regular deve buscar um aperfeiçoamento na Língua de Sinais, conhecendo-a melhor e utilizando-a para se comunicar com o aluno surdo incluso, mas só esse recurso não é suficiente, é preciso promover a interação entre os alunos ouvintes e os alunos surdos, desenvolvendo projetos que venham proporcionar esse compartilhamento e, assim, favorecer maior conhecimento para os alunos com surdez, tanto comunicacional como interacional.

De acordo com Damázio (2005, p. 15):

O ambiente em que a pessoa com surdez está inserida, principalmente o da escola, na medida em que não lhe oferece condições para que se estabeleçam trocas simbólicas com o meio físico e social, não exercita ou provoca a capacidade representativa dessas pessoas, consequentemente, compromete o desenvolvimento do pensamento.

O aluno surdo que não se sente verdadeiramente aceito terá seu



SANTOS, R.C.F.; SANTOS, R.C.F.; MELO, H.H.V.

desenvolvimento comprometido. A sua forma de comunicação é totalmente diferente da dos ouvintes, pois para se comunicar faz uso de expressões, sinais e movimentos do corpo, sendo que se ele se sentir retraído, de forma que não consiga se comunicar, se expressar, não conseguirá se desenvolver linguística, cognitivo e sócio interacionalmente.

O Atendimento Educacional Especializado é uma prática educativa que propõe alternativas para o acesso de alunos surdos, no ensino regular, na perspectiva da educação inclusiva, visando à complementação do ensino, em turno oposto à sala regular, proporcionando, então, um ensino nas suas duas modalidades de língua e uma interação social nas duas culturas, a ouvinte e a surda.

O A.E.E destaca três atendimentos didático-pedagógico:

Momento do Atendimento Educacional Especializado em Libras na escola comum: este atendimento proporciona uma organização didática, em um ensino que implica o uso de muitas imagens visuais e de todo tipo de recurso que possa colaborar para o aprendizado de conteúdos curriculares em estudo, Os materiais e os recursos precisam estar presentes na sala de Atendimento Educacional Especializado, que ocorre em horário contrário ao das aulas comuns. O planejamento deve ser feito pelo professor especializado, juntamente com o professor de Língua Portuguesa, pois o conteúdo deste trabalho deve ser semelhante ao desenvolvimento da sala de aula comum apenas com o diferencial de ser todo em LIBRAS. Importante destacar que neste atendimento o professor ou instrutor deve ser surdo.

Momento do Atendimento Educacional Especializado para o ensino de Libras na escola comum: este constitui outro momento didático-pedagógico para os alunos com surdez incluídos na escola comum, também no contra turno. O atendimento inicia com o diagnóstico do aluno surdo para detectar seu nível de conhecimento de LIBRAS. Este trabalho é realizado com o professor e instrutor de Libras (preferencialmente surdo), de acordo com o nível de aquisição que o aluno com surdez se encontra. Esse atendimento possibilita a criação de sinais específicos para termos científicos que estão sendo trabalhados no conteúdo escolar e a organização de

[Digite texto]



AQUISIÇÃO DE UMA LÍNGUA E DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DE SURDOS INCLUÍDOS EM SALAS REGULARES

cadernos de registros em Língua de Sinais.

Momento do Atendimento Educacional Especializado para o ensino da Língua Portuguesa: este atendimento deve trabalhar as especificidades dessa língua para os alunos surdos, realizado à parte das aulas da turma comum, por uma professora de Língua Portuguesa (graduada na área de surdez preferencialmente). O conteúdo deve ser planejado a partir do conhecimento do aluno em Língua Portuguesa. O professor deve explorar os termos específicos do conteúdo fazendo uso de gravuras com legendas em Língua Portuguesa escrita, e, assim, proporcionar o aprendizado da língua escrita, explorando frases que abordem o conteúdo estudado na sala regular.

Damázio (2005, p. 25) ressalta que:

O trabalho pedagógico com os alunos surdos nas escolas comuns deve desenvolver em um ambiente bilíngue, ou seja, em um espaço que utilize a língua de sinais e a língua portuguesa, portanto se faz necessário a importância do Atendimento Educacional Especializado (DAMÁZIO, 2005, p. 25).

Esse tipo de ensino é que consideramos o melhor, já que propõe o contato a uma língua mais eficaz, a de sinais, levando o aluno surdo a se comunicar, aumentando seu conhecimento e podendo fazer parte de um aprendizado de qualidade, tendo acesso tanto à cultura ouvinte, como à cultura surda.

A autora enfatiza que:

A educação escolar do aluno com surdez é um desafio que estamos demonstrando, por meio do trabalho de uma escola que abraçou a inclusão, sem restrições e incondicionalmente. O que transparece na sua apresentação são as possibilidades de os alunos com surdez aprenderem nas turmas comuns de ensino regular, tendo a retaguarda no Atendimento Educacional Especializado – AEE (DAMÁZIO, 2007, p.8).

Esse atendimento permite aos professores e à escola, em sua totalidade, respeitar e conhecer melhor a importância da língua de sinais para o desenvolvimento do aluno com surdez, rompendo com a *barreira linguística e pedagógica* que interferem na comunicação e na interação do aluno surdo. Essa barreira pode ser muito prejudicial, pois sem o estímulo adequado a capacidade *cognitiva, sócio afetivo, linguístico e político-cultural*, ficará *comprometida*, proporcionando perdas significativas

no desenvolvimento da aprendizagem dos surdos. Considerar essa necessidade é assumir a importância de que para o aluno ter um desenvolvimento do seu potencial é preciso que a escola possibilite a escolarização em um turno e o *Atendimento Educacional Especializado* em outro, assim trará uma completude com o ensino de LIBRAS, e o ensino da língua portuguesa.

A proposta da inclusão é um atendimento desafiante e para que ela venha realmente acontecer é preciso considerar que os alunos surdos têm o direito de acesso ao conhecimento, à comunicação e à interação com o mundo ouvinte. É preciso compreender que para esses alunos, realmente, se envolverem com o conhecimento e a interação, é necessário o *Atendimento Educacional Especializado* juntamente com o ensino regular em turnos alterados. Esse tipo de atendimento é o que poderá reduzir à problemática da escolarização dos alunos com surdez, visto que eles entram em contato com o a sua língua e, também, com a língua do mundo ouvinte. O AEE proporcionará o desenvolvimento global do aluno surdo estimulando a língua, o conhecimento e o aprendizado.

Conclusão

Conforme a nossa proposta inicial, de refletir sobre uma educação significativa para os surdos, a fim de proporcionar uma inclusão real e um ensino de qualidade para os mesmos, e, denunciar o fracasso escolar que é resultado de representações sociais, históricas, culturais, linguísticas, políticas e concepções equivocadas, às quais o surdo tem que superar a deficiência em busca do seu direito à igualdade, pudemos constatar, por meio da literatura utilizada, que grande é o esforço da comunidade surda e de seus defensores para conseguirem o devido reconhecimento e valorização da sua língua e cultura.

Após refletirmos sobre a trajetória histórica da educação dos surdos, observamos que é de fundamental importância que os educadores que atuam diretamente com eles e, até mesmo os que ainda não tiveram esta experiência, conheçam esse processo histórico vivenciado pelas pessoas surdas para que possam

[Digite texto]



AQUISIÇÃO DE UMA LÍNGUA E DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DE SURDOS INCLUÍDOS EM SALAS REGULARES

construir práticas pedagógicas mais eficientes.

Em estágio acadêmico, realizado por nós, foi possível notar que em alguns casos o ensino para surdos não ocorre como deveria ser, isto é, não é oferecido a eles o mesmo conteúdo dos demais alunos. O conteúdo disponibilizado difere dos exigidos ao do ano em que cursam, fazendo com que esses alunos fiquem aquém do esperado, não exigindo desafios e conseqüentemente, não oferecendo os estímulos necessários para sua aprendizagem. Dessa forma, evidencia-se um “pré-conceito” por parte do professor, que determina o que é possível ensinar-lhe, menosprezando sua capacidade e colaborando para um processo excludente. É preciso propiciar uma visão ampla e concreta do que é o conhecimento.

Dessa forma, observa-se que a educação está inserida no meio social e político de uma comunidade e assim deve ser encarada e respeitada levando em conta a diversidade humana. O compromisso, portanto, deve ser para com o aluno, para a real concretização do ensino. Nota-se a importância do processo educacional e a necessidade de criação de propostas curriculares capazes de atender, realmente, as necessidades de seus alunos. Considerando que há muito a conhecer sobre o processo educacional dos surdos, visto que ainda não acontece da forma ideal, pois os alunos não são atendidos, de acordo com suas necessidades. É imprescindível maior empenho por todos envolvidos no processo educacional do aluno com surdez, no sentido de maior conhecimento sobre a cultura surda e a importância da língua de sinais para seu desenvolvimento cognitivo. Concluímos, portanto, que a língua de sinais deve ser viabilizada às crianças surdas de forma precoce, para que elas não venham sofrer sérios comprometimentos linguísticos, cognitivos e psicossociais.

A expectativa da direção, coordenação, dos professores e também dos surdos, deve ser a de contemplar todos os anseios dos surdos. Através de todos os profissionais, assim como a comunidade da escola, é preciso ter consciência do ensino desencadeando um processo de construção de mudanças, para que a referida escola seja um ambiente que favoreça a aprendizagem e o desenvolvimento de seus alunos,

considerando as características específicas da surdez, desenvolvendo uma educação para os surdos, avaliando cada processo de aprendizagem, que, por meio deste trabalho, foi descrito.

Por fim, os professores precisam aceitar o desafio de observar as diferenças metodológicas e educacionais que envolvem a cultura do aluno surdo, caminhando, dessa forma, para a efetiva inclusão, e desenvolvimento do conhecimento desses alunos.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação: *Secretaria de Educação Especial*, Lei Federal nº 9.394, dez. 1996, art. 24 nº 3.298/99 e a Lei nº 7.853/89. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/Seeesp- Portal Seesp](http://portal.mec.gov.br/Seeesp-Portal%20Seesp)>. Acesso em 25 set. 2014.

CHOI, Daniel; PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; VIEIRA, Maria Inês; GASPAR, Priscila, NAKASATO, Ricardo (Org.) *Libras: conhecimento além dos sinais*. 1.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. *Atendimento educacional especializado: pessoa com surdez*. Brasília, SEESP/ SEED/ MEC/, 2007.

DIAS, Tarcia Regina Silveira; ROCHA, Juliana Cardoso de Melo; PEDROSO, Cristina Cinto Araújo; CAPORALI, Sueli Aparecida. *Educação bilíngue de surdos: grupo de familiares*. Disponível em: <<http://www.profala.com/arteducesp17.htm>>. Acesso em 29 set. 2014.

GUARINELLO, Ana Cristina. *O papel do outro na escrita de sujeitos surdos*. São Paulo: Plexus, 2007

GROSJEAN, François. Direito da criança surda de crescer bilíngue. *Universidade de Neuchâtel*, Suíça. Disponível em <http://www.francoisgrosjean.ch/Portuguese_Portugais.pdf> Acesso em 20 set. 2014.

HOUAISS, Antonio. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

KAUCHAKJE, Samira; SILVA, Ivani Rodrigues; GESUELI, Zilda Maria (Org.) *Cidadania surdez e linguagem: desafios e realidades*. 2. Ed. São Paulo: Plexus, 2003.

KLEIN, Madalena. Cultura surda e inclusão no mercado de trabalho. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (Orgs.). *A invenção da surdez: cultura*, 14

[Digite texto]



AQUISIÇÃO DE UMA LÍNGUA E DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DE SURDOS INCLUÍDOS EM SALAS REGULARES

alteridade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, p.83 – 99.

LIMA, Daisy Maria Collet de Araujo. *Educação infantil: saberes e práticas da inclusão : dificuldades de comunicação e sinalização : surdez*. 4. ed. Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal... [et. al.]. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 89 p.

MEC SEE, Cartilha 05, Brasília: Ministério da Educação, secretaria de Educação Especial. *Projeto Escola Viva - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais*, C327, 2000, p.8

PERLIN, Gládis. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; VIEIRA; Maria Inês da Silva (Org.). Bilinguismo e educação de surdos. *Intercâmbio*, São Paulo, v. XIX p. 62-67, 2009. Edição Especial. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/pos/lael/intercambio/pdf/4_MCristina_.pdf>. Acesso em 29 set. 2014.

SALAMANCA, *Declaração de Salamanca e enquadramento da ação, na área das necessidades educativas especial*. 1994, p. 8 -9. Disponível em: <http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf> Acesso em 16/09/2014.

SANTANA, Ana Paula. *Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas*. São Paulo: Plexus, 2007.

SKILAR, Carlos (Org.). *Atualidade da educação bilíngue para surdos*. 2. Ed. Porto Alegre: Mediação, 1999.

SLOMSKI, Vilma Geni. *Educação bilíngue para surdos: concepções e implicações práticas*. Curitiba: Juruá, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa; SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de; *Memorial: doutor honoris causa pela Universidade de Brasília*. Brasília, 2008, p. 37-38. Disponível em <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Memorial_Nair%20Heloisa%20Bicalho%20de%20Sousa_29%20Outubro%202012.pdf> Acesso em 19 ago. 2014.

THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (Org.). *A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.